

4. AS SUBJETIVIDADES DA GRAVIDEZ E DA MATERNIDADE NA PENITENCIÁRIA TALAVERA BRUCE

4.1. Afetos, sexualidades e o “carro do leite”

- Tenho mais dois filhos: dois meninos. Um de 14, outro de 12, mas não sei deles porque desde a primeira cadeia que estão com a vó. Moravam comigo antes, quando eram pequenos. Depois que eu ‘rodei’, foram ficar com a minha mãe e o meu irmão que é militar.
- Então faz pouco tempo que vocês estão separados? Perguntei.
- Não! Essa é a minha segunda cadeia, respondeu.

Priscila tem 29 anos e estudou até a 6ª série do ensino fundamental. Quem a matriculou na escola foi sua mãe. Ela não conheceu o pai e nunca soube quem era, nada sobre sua identidade. Desde cedo aprendeu a ir sozinha para a escola, como logo cedo desistiu de estudar porque “ia obrigada”. O mesmo aconteceu com sua irmã, hoje com 21 anos, e que - no momento da entrevista - Priscila acreditava estar desempregada: “Ela vive assim. Trabalha um pouco e pára”. Priscila não conviveu com a mãe, apesar de ter morado anos na casa ao lado, na companhia da avó materna, na favela da Rocinha (Rio de Janeiro): “Fui criada pela minha vó com o meu irmão mais velho, mas ela (irmã mais nova) morava com a minha mãe”. A mesma sorte de Priscila tiveram os seus dois filhos – que vivem com o tio - e terá o bebê que espera, pois “ele vai ficar com o pai”.

Seu companheiro chama-se Vagner, tem 40 anos e não tem filhos. Em razão disso, Priscila decidiu “deixar a criança com ele”. Ela e o companheiro foram detidos, juntos, “pelo um cinco sete” (Art. 157): roubo e extorsão. Ele sairá antes dela porque Priscila “tira” “duas cadeia(s)”.

A conta sobre os anos de cadeia que deve cumprir é pouco clara, na verdade, é bastante complicada. Ela me informa que sua sentença “é de 13”, mas que vai “tirar sete anos”:

Primeiro rodei no ‘um cinco sete’ e depois no antigo ‘doze’ por tráfico aqui dentro do sistema [...]. Jogaram um saco cheio [de drogas] na quadra, peguei e a inspetoria me pegou. A minha cadeia, agora, é de 13 anos. Então, como já tenho dois [anos] de cadeia, pego mais cinco e saio com sete. Vou tirar sete anos aqui [...]. Já estive

aqui em 2004 [cumprindo pena], entrei de novo em 2008 com o 'um cinco sete'. Aí são duas cadeias.

Ela relata que houve uma “exasperação” da pena, um acréscimo. Priscila engravidou na prisão e está com uma barriga de seis meses, mas ainda não sabe o sexo do bebê. Não faz o acompanhamento pré-natal e tampouco exames médicos, um direito reconhecido apenas em 2009¹¹⁴. Em tom de queixa diz que fez *um pré-natal* – “poucos dias atrás” – que consistiu apenas num exame de “toque” realizado pela médica do Talavera Bruce, mas nenhum exame. Uma situação comprovada por grande parte das gestantes que entrevistei no mesmo período.

Priscila engravidou no primeiro encontro que teve com o seu marido, o qual se encontra encarcerado, na Penitenciária Lopes de Carvalho, Bangu IV. “Fui no carro do leite”, me explica. “Carro do leite” é o designativo, nesse caso específico, do Serviço de Operações Externas (SOE) voltado às ações de escolta externa. As presas cujos companheiros estão em outra unidade do Complexo, e que têm autorização para as visitas íntimas, são escoltadas até as celas destinadas às visitas e que, em geral, são permitidas a cada quinze dias, às sextas-feiras.

Diz uma agente: “É mais fácil e mais seguro escoltar uma presa do que um preso [...]”. Entretanto, Priscila, assim como outra entrevistada, afirma que esse trajeto é muito constrangedor:

a gente sai daqui algemada e ouvindo graça; te tratam mal, alguns agentes são grossos: ficam dizendo graças pros outros que o ‘carro do leite’ chegou [...]; eles sabem o que é e, na volta, não é legal voltar [...] nunca fiz o parlatório. Dessa vez resolvi fazer o parlatório e fiquei de barriga.

Rosi, de 28 anos, confirma essa situação constrangedora. Como Priscila e outras quatro entrevistadas, ela engravidou na prisão. “Parei de tomar remédio e agora espero uma menina” (*risos*). Ela está no sexto mês de gestação e soube, pela ultrasonografia, que a criança era do sexo feminino. Ela fez dois exames desse tipo. Seu

¹¹⁴ No dia 06/05/2009, o Plenário do Senado aprovou duas emendas da deputada Fátima Pelaes (PMDB-AP) ao Projeto de Lei 335/95, que muda a Lei de Execuções Penais (Lei 7.210/84). O texto garante à presidiária grávida e ao recém-nascido, acompanhamento médico no pré-natal e no pós-parto, além de berçário e creche para o filho até os sete anos de idade. O projeto será enviado à sanção presidencial. De acordo com o texto, os estabelecimentos penais devem oferecer uma seção para a gestante e um berçário onde as condenadas poderão cuidar de seus filhos, e amamentá-los, no mínimo, até os seis meses de idade. A creche abrigará crianças desamparadas (de seis meses a sete anos) e cujas mães ou responsáveis estejam presas.

tinha nas mãos uma correspondência. Ela não sabe precisar a quantidade de cartas que trocou com o pai do seu filho, mas diz que “a última vez foi há cinco meses”, ou seja, desde quando engravidou. “Na última vez brigamos e cancelaram as nossas carteirinhas”. Desde então ela não recebe mais cartas nem tem mais direito ao parlatório. Rosi também não recebe visitas dos seus familiares.

Na prisão, a vida das mulheres representa, além da perda da liberdade, outras privações impostas pelas rotinas disciplinares que subjagam não só a interna como também suas famílias. No contexto do aprisionamento feminino é comum os familiares se afastarem durante esse tempo, principalmente, os maridos ou companheiros seja por razões de cunho moral seja por não se disponibilizarem a frequentar a prisão durante o cumprimento da pena. Eles acabam rompendo o relacionamento amoroso e criando, para elas, um isolamento afetivo. A distância entre a penitenciária e o local de residência dos familiares é um dos principais motivos desse afastamento, pois as visitas requerem recursos financeiros extras para arcar com o custo do transporte. Somam-se a isso os relacionamentos conflituosos anteriores à detenção.

Sobre a convivência familiar, existe um traço comum à maioria das entrevistadas que merece destaque. Das vinte detentas entrevistadas, quinze informaram que tinham problemas com suas famílias e que, com o encarceramento, os conflitos se acirraram. Algumas dizem que “não viveram com a família” ou “não tiveram uma família”, outras que foram “criadas sozinhas”. Entretanto, esse abandono na infância encobre motivos diversos como a morte de progenitores, o abandono do lar pelo pai ou mãe, as vulnerabilidades financeiras, as dispersões familiares e os históricos de violência doméstica. Priscila, Rosi e outras detentas nunca receberam a visita dos filhos e dos familiares. Pergunto-lhes sobre seus pais e parentes:

Sei que tenho mais três irmãos. Uma irmã de 35 anos que faz faxina no Fórum, um irmão de 22 que não sei o que faz e mais um de mais de 40 que nunca vi porque não moramos todo mundo junto. Quem me criou foi uma tia quando a minha mãe morreu [...] morreu quando eu tinha dez anos (Rosi).

Fui criada pela minha vó com o meu irmão mais velho” (Priscila).

Não sei dos meus filhos (Lúcia).

Tenho seis filhos. Dois do casamento e quatro do mesmo pai [...] do segundo marido (Luciana).

Dessa forma, as visitas se tornam escassas e, para muitas, restam apenas as poucas correspondências recebidas, aquelas trocadas entre as unidades ou os eventuais e rápidos telefonemas que também são percebidos como um “privilegio” concedido pela administração. Eis a realidade de uma penitenciária feminina que se apresenta como modelo dentro do sistema penitenciário brasileiro.

J. Lemgruber (1983, p. 83) afirma que "ser mulher presa implica uma série de dificuldades adicionais nem sempre detectadas em prisões masculinas com a mesma intensidade". Afora as privações inerentes a qualquer aprisionamento tais como os improvisos, as supressões de direitos e serviços, as condições de salubridade e de violências institucionais, a superlotação e a predominância das relações heterossexuais, são muitas as diferenças entre as unidades masculinas e as femininas, a começar pela arquitetura prisional. Anteriormente elas eram encarceradas em espaços masculinos, depois foram para as “prisões-convento” que eram pequenos anexos adjacentes às prisões masculinas - ainda espaços pensados para abrigar o corpo masculino. Não havia creches para abrigar os filhos pequenos. Essa diferença na concepção do espaço prisional afeta, principalmente, a expressão da sexualidade já que

o homem é normalmente criminoso porque 'inocente útil'. Ele executa uma ação da qual não é o sujeito; a mulher é normalmente inocente, porque 'sujeito invisível' da ação criminosa. É só na loucura que ela exhibe sua má natureza. Fica exposta a face má de Eva: Eva contém o demônio¹¹⁵.

Essa “loucura” corresponde à sexualidade. Pois há uma correlação entre criminalidade feminina e sexualidades desviantes. De acordo com os ideólogos da ‘penitenciária de mulheres’, na prisão as duas faces de Eva se reencontram: uma desviante, assexuada, recuperável, símbolo da maternidade e merecedora da redenção; a outra, criminosa, que sofre com a ausência das relações heterossexuais, como as prostitutas, as homicidas passionais e as portadoras de doenças venéreas. Esta percepção vingou até os anos 1988, como destaca B. Soares (2000):

¹¹⁵ LIMA, *op.cit.*, p.41.

Ainda que se suponha uma certa tendência do Judiciário em demonstrar mais tolerância com as mulheres do que com os homens, em função do imaginário que envolve os papéis de gênero, há razões para acreditar que essa tendência tenha, na pior das hipóteses, se mantido estável desde 1988. Nesse caso, o crescimento do número de mulheres condenadas não poderia ser atribuído apenas ao comportamento dos juizes, informadas por visões tradicionais da mulher infratora, e sim a um crescimento real do número de criminosas. O que parece mais provável, entretanto, é que, na medida em que as mulheres conquistam maior independência e se equiparam aos homens no desempenho dos papéis sociais, a condescendência em relação às suas práticas criminosas tende a se cada vez menor. Nesse sentido, o aumento do número absoluto de mulheres presas poderia estar expressando não só uma elevação real dos índices de criminalidade de ambos os sexos, mas uma redução dos níveis condescendência do Sistema de Justiça Criminal em relação às mulheres infratoras. (SOARES, 2000, p.41)

Ao investigar as especificidades da criminalidade feminina, ela argumenta que o crescimento da participação de mulheres no tráfico de drogas é responsável pelo aumento as estatísticas prisionais referentes às mulheres, e que isso não levou a se pensar as questões que envolvem o gênero:

Como entender o fato de as mulheres raramente praticarem os mesmos crimes que levam os homens à cadeia, e que são atribuídos à pobreza, à falta de perspectiva, à falta de acesso aos recursos sociais básicos, se elas, no fim das contas, experimentam as mesmas dificuldades financeiras e sociais? (idem, p.92).

[...] ao contrário do que o que acontece rotineiramente com os traficantes de maior peso, as mulheres envolvidas em tarefas periféricas no tráfico de drogas têm pouca margem de manobra junto à polícia – que, como se sabe, negocia sistematicamente a liberdade dos traficantes. (p.87-88)

Diferentemente do que ocorre com aos presos, o direito à visita íntima não é totalmente garantido às detentas. Para os homens, esse direito é garantido de forma plena pelas instituições, há mais de 20 anos, enquanto para as mulheres ela é tratada como um “privilégio” e, portanto, não é para à todas e tampouco existe na maioria dos estabelecimentos prisionais femininos. Em muitos casos, esse direito é condicionado a pré-requisitos como a comprovação de relacionamento conjugal, o bom comportamento, a participação em palestras de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, entre outros.

Duas questões importantes a ressaltar: qualquer infração ou mau comportamento o direito à visita íntima é imediatamente suspenso como forma de punição; a existência de uma regulação moral da sexualidade das mulheres encarceradas. As relações homoafetivas, por exemplo, não dão direito à visita

íntima. Na penitenciária Talavera Bruce as visitas íntimas para presas cujos companheiros não são detentos acontecem aos domingos, de 10hs às 16h30min.

No que concerne às manifestações amorosas, o tratamento dado aos homens e às mulheres encarceradas é muito diferenciado: elas têm restrições ao desenvolvimento e à expressão das suas afetividades.

4.2. O corpo feminino é o local de maior opressão

O trabalho de campo no espaço da creche da Penitenciária Talavera Bruce (mães com suas crianças e gestantes) foi realizado durante um curto período e graças às redes informais. A conquista dessa “oportunidade de observação” via relacionamentos tornou a minha presença mais familiar bem como me possibilitou presenciar conversas informais entre elas, fora da situação da entrevista. Informações bastante relevantes. Nos dois últimos anos da pesquisa encontrei dificuldades para ter acesso às crianças diante da demora no atendimento ao pedido de renovação da autorização para pesquisar. Essa dificuldade decorria da transitoriedade dos cargos de confiança da administração e da própria direção do presídio. Durante os quase quatro anos de pesquisa, a penitenciária Talavera Bruce acolheu, com efeito, cinco diretores, sendo que somente nos dois últimos anos, foram três. Outra dificuldade adveio da criação da Unidade Materno Infantil, com uma direção autônoma à referida penitenciária. As autorizações iniciais não contemplavam a Unidade Materno-Infantil Madre Teresa de Calcutá. Por causa dessa “imobilidade” funcional, os novos integrantes dos cargos geralmente desconheciam os processos de aprovação e construção da pesquisa, o que acabou dificultando o meu acesso às informações documentais, e ao cadastro das internas gestantes e mães. Dessa forma, os raros documentos do arquivo estavam incompletos ou com poucas informações consistentes sobre as detentas. Essa inconstância também me reconduziu à romaria burocrática para solicitar as autorizações de pesquisa junto à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) e à Vara de Execução Penal (VEP). Pois, de acordo com as novas diretrizes, eram necessárias justificativas e documentos para garantir a minha permanência no campo. Cabe lembrar que tive uma primeira solicitação indeferida

logo no início e que só obtive uma autorização dez meses depois do pedido. Tal situação sentida *a priori* como um “bloqueamento” não causou, todavia, impasses nem comprometeu a qualidade do trabalho como temia. Pelo contrário, acabou engendrando novas informações.

Autorizada pela Vara de Execuções Penais, solicitei a minha entrada na Talavera Bruce levando um gravador e uma máquina fotográfica digitais¹¹⁶. A entrada com esses aparatos causou certo desconforto por parte dos agentes penitenciários e da direção da Unidade Materno Infantil. Numa situação oposta à vivenciada no início da pesquisa quando a minha entrada na companhia de Donna foi um pouco mais tranquila e calorosa, desta vez fui submetida a procedimentos de identificação e revista muito mais criteriosos. Diante da atitude impertinente e descortês de um agente tive que assinar um termo de responsabilidade para prosseguir com a máquina, cujo texto descrevia o tipo de câmera fotográfica. Entretanto, o discurso do agente transferia para mim a responsabilidade pela segurança do equipamento, alertando sobre a possibilidade de perda e/ou roubo dentro do presídio. Tratava-se, evidentemente, de uma desconfiança em torno da interferência que a câmera fotográfica poderia promover naquele contexto, ou seja, oferecer provas. O que nos lembra S. Sontag ao escrever: “tirar fotos é um evento em si mesmo e, dotado dos direitos mais categóricos – interferir, invadir ou ignorar, não importa o que estiver acontecendo” (SONTAG, 2004, [1977], p.21). Assim sendo, já que a câmera fotográfica é um potencial “posto de observação” e o ato de fotografar mais do que uma observação passiva (SONTAG, 2004, [1977], p.21), minha entrada com a máquina na creche do Talavera Bruce foi acompanhada por duas agentes penitenciárias e regida por novas proibições: “não pode fotografar os muros da creche, os agentes, o berçário, as crianças, os espaços da creche e nem os espaços da TB”.

As entrevistas foram realizadas em uma sala localizada no prédio da administração, ao lado da Inspetoria. Sem privacidade, tanto as detentas quanto eu, ficamos muito constrangidas com a presença das agentes, que procuravam nos convencer de que *aqui é mais seguro pra todo mundo*. Nessas circunstâncias é que procurei esclarecer o objetivo da pesquisa, os seus procedimentos, apresentar os

¹¹⁶ Ver anexo A

termos da concessão e me disponibilizar para responder a qualquer dúvida. Nesse dia, entrevistei as últimas oito mulheres.

É tempo de voltar aos depoimentos de Priscila e Rosi.

Indagada a respeito da gravidez naquele ambiente, Priscila, apesar de me receber com muita simpatia, não responde muito à vontade. Declara que sua gravidez *é normal, como qualquer outra*. Digo que, por nunca ter parido, não entendia o que significava “normal como qualquer outra”. Ela insiste, repetindo: *é tudo normal! Faço tudo!* Logo em seguida, todavia, ela repensa:

Aqui é muito doloroso. Dificultoso para nós. Hoje estou calma, fui à médica, mas ontem estava nervosa com o barulho. Aqui é muito barulho. E parece que a gente sente mais.

A penitenciária Talavera Bruce apresenta um ambiente sonoro bem peculiar: sons constantes das oficinas, sons emanados dos gestos das detentas em tons variados, altos, gargalhadas, xingamentos, conversas e solicitações. Ruídos metálicos dos portões, das “trancas”¹¹⁷ e os timbres dos mandos disciplinares. As confluências dessas expressões sonoras marcam, em especial, o potencial comunicativo e emocional desse espaço e acabam apresentando mais um “personagem” na penitenciária, o campo sonoro. Essa experiência simbólica do som é aqui reclamada por Priscila:

Fico irritada, nervosa, com o barulho daqui. Mesmo morando sozinha. [...] e ainda hoje tive enjôo e enjoar aqui, sozinha, sem remédio, sem nada e com esse barulho... nem consegui me alimentar direito [...] nas outras barrigas não fiquei assim não.

Cabe aqui lembrar: que Priscila é mãe de mais dois meninos (14 e 12 anos) que são criados por parentes; e que na distribuição das presas por celas na TB, as mais velhas, as estrangeiras, as “crentes” e as grávidas - algumas não sentenciadas, mas provenientes de delegacias e casas de custódias - são separadas das demais presas.

¹¹⁷ Celas individuais de segurança.

Priscila logo viu a máquina fotográfica:

- Você vai fotografar?, indagou-me.
- Sim, se você quiser podemos fazer algumas fotos.
- É lógico que ela quer! Até se arrumou toda, olha! (acrescenta uma das agentes penitenciárias).

Então descubro que Priscila tinha sido avisada da entrevista e da fotografia. Reparo o batom, o penteado, a roupa. É a maquiagem e o vestir que individualizam os corpos naquele espaço. Mais que isso, como aponta Sylvia Caiuby:

A própria presença da câmera já é, em si, elemento que aciona, naqueles que serão filmados [ou fotografados, acrescento] a consciência da imagem que eles exibem para o equipamento e o seu operador. Isto desencadeia o processo de construção de uma imagem a ser exibida, não aquela que é vivida cotidianamente e sim aquela que se quer projetar, num âmbito externo à comunidade. (CAIUBY, 2004, p. 12)

Para me salvaguardar diante de tantas regras para fotografar, e também para estabelecer uma relação de confiança, propus desta forma que ela me indicasse como gostaria de ser fotografada, garantindo-lhe que, ao final de cada sessão, visualizaríamos as imagens e “deletaríamos” aquelas não autorizadas¹¹⁸. Por orientação das agentes, eu não poderia, já se sabe, fotografar o rosto. Assim fizemos. Conduzimos o fotografar para a barriga:

¹¹⁸ Termo de cessão de voz e imagens



47. Priscila, 26 anos, engravidou no TB.

No fotografar atento-me às tatuagens.

Ao me deparar com o universo das tatuagens dentro do sistema penitenciário, pude constatar, imediatamente, que tratava-se de um sistema de comunicação específico, fechado e articulado com a criminalidade¹¹⁹. No Talavera é comum encontrarmos corpos femininos tatuados, entretanto seus significados diferem daqueles produzidos no universo carcerário masculino, onde as tatuagens na maioria dos casos marcas de pertencimentos e domínio¹²⁰. Lá, poucas são as detentas que inscrevem nos corpos seus atos infracionais e suas associações criminosas. As internas que entrevistei, por exemplo, não faziam uso *aparente* da tatuagem como emblema de desvio. Nelas, nota-se elementos figurativos com motivos florais, celestiais, pássaros, borboletas e corações. Existem também

¹¹⁹ Sobre as marcas de pertencimento e domínio, ver Capítulo 1.

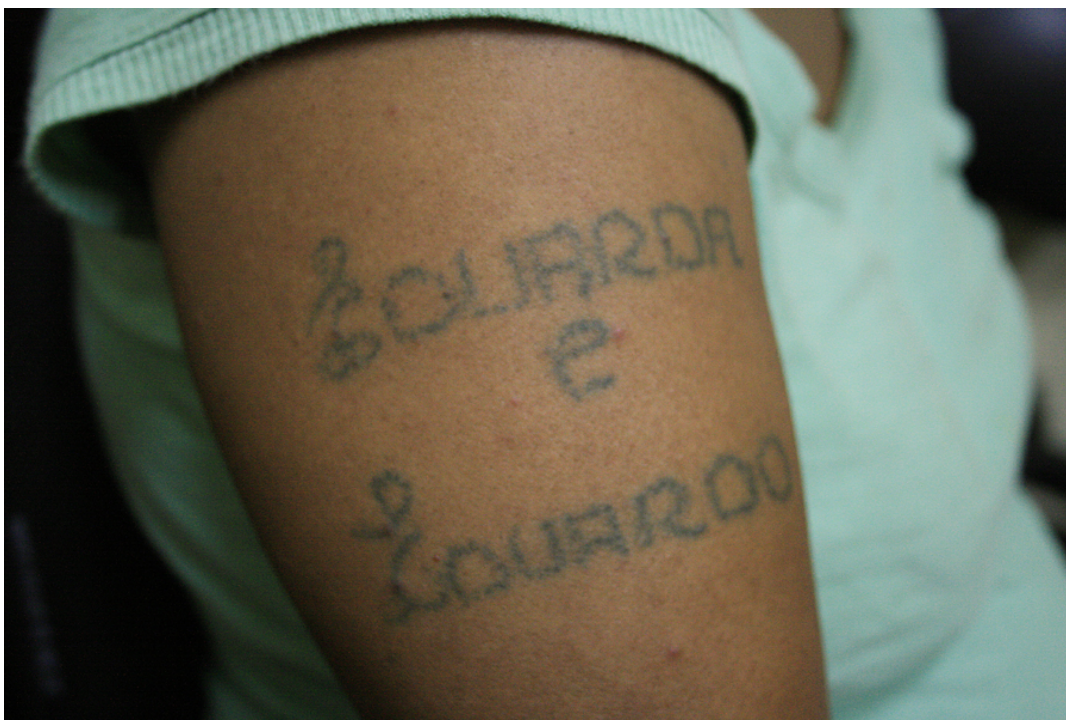
¹²⁰ Cabe salientar que não fiz um inventário das tatuagens, mas a partir das observações em campo, acredito possuir elementos suficientes para uma tentativa inicial de sistematização para encaminhar algumas questões, como as apresentadas nesta tese.

tatuagens com motivos escritos, expressando, por exemplo, palavras de amor, iniciais, nomes de companheiros, de parentes (mãe, filhos, em especial). As escolhas dos locais das tatuagens também são significativas e merecem atenção. No caso dos homens as tatuagens sobre os braços, as costas, peitos, as mãos e os dedos. Nas mulheres, primam na parte baixa das costas, no quadril, no pé, no pescoço, na virilha, sendo que três outros espaços do corpo feminino tem a predileção dos homens: o antebraço, as mãos e os dedos.

Rosi, por sua vez, tem os dedos tatuados com iniciais que, infelizmente, não teve acesso aos seus significados. No antebraço inscreveu o nome da mãe – Maria – já falecida, com uma tatuagem figurativa construída a partir de pontos que formam uma cruz e outras figuras¹²¹. No braço, lemos “Eduardo e Eduarda”, nomes do casal de filhos pontilhados “com agulha”. Priscila tatuou um sol nas suas mãos entre o indicador e o polegar. No antebraço “escreveu”: “Mãe eu te amo” e no pé, cravou, três estrelas nomeadas: Patrick, Paloma e Pablo. São os seus dois filhos e uma sobrinha, “a filha que queria ter”.

Sabemos que as escolhas desses signos não são arbitrárias, mas sim dotadas de intencionalidades. Se considerarmos, desta forma, as tatuagens como um sistema de comunicação que funciona mostrando ou ocultando mensagens inscritas na pele, podemos supor, pelas suas localizações, que as tatuagens de Priscila e Rosi visam à projeção gráfica de sentidos, tanto pessoal como social.

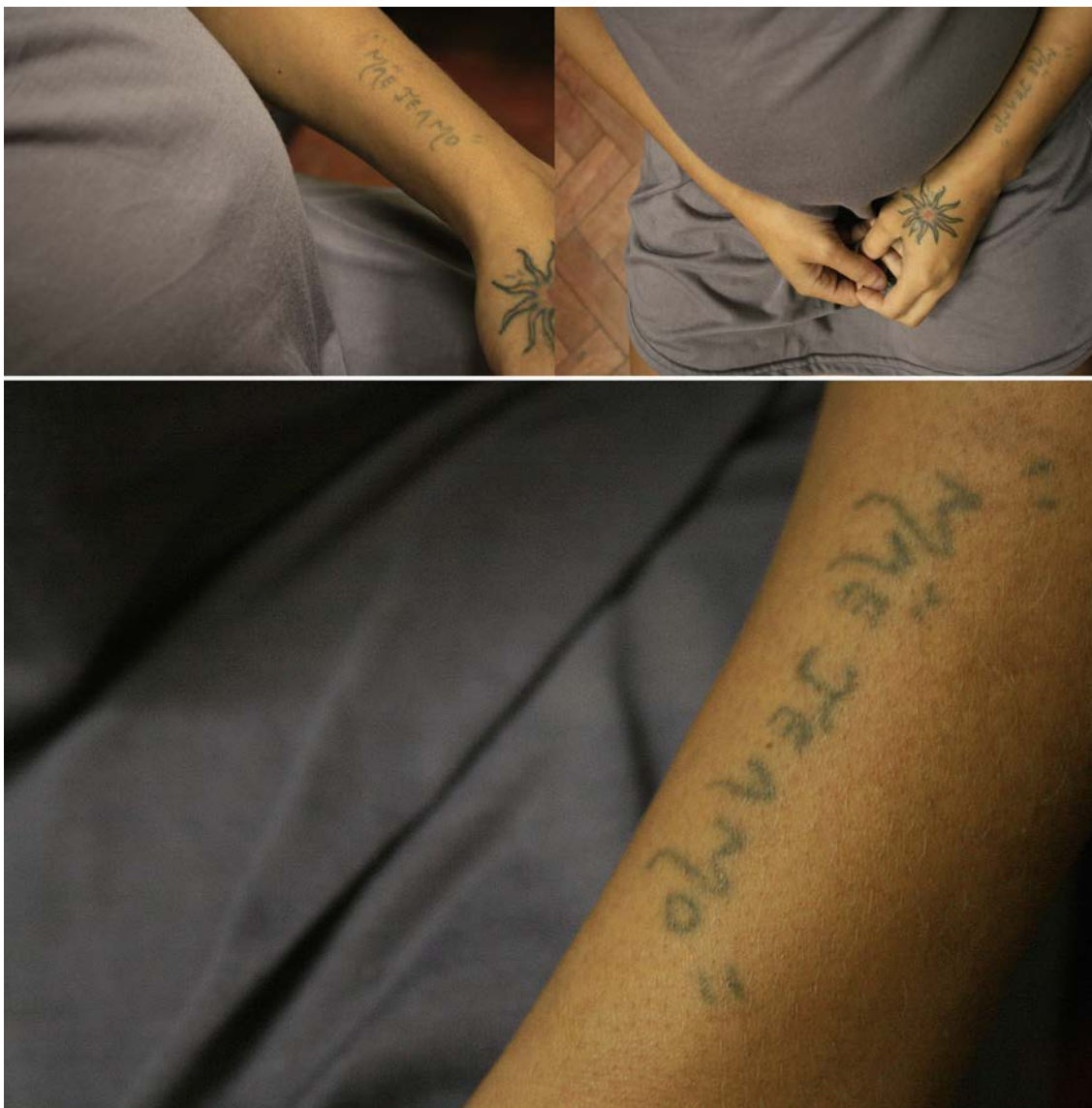
¹²¹ Ver capítulo 1, p. 51-52.



48. Rosi tem “Eduardo e Eduarda”, nomes do casal de filhos, pontilhados “com agulha”.



49. E Priscila, no pé, cravou, três estrelas nomeadas. São os seus dois filhos e uma sobrinha...



50. No antebraço “escreveu”: “Mãe eu te amo”.

Essas fotografias me interessam e instigam meu olhar por causa de sua forte carga evocatória: filhos e mães. Essas imagens são escrituras – sínteses autobiográficas – que fazem do corpo não só o suporte de discursos sobre as relações familiares (em especial, à maternidade), como também recriam e resignificam tais relações. Pois marcar a superfície corporal também pode ser compreendida como uma busca de uma identidade própria, um tornar-se sujeito pelo corpo. Dessa forma, Priscila e Rosi, ao dedicarem seus corpos às suas mães e filhos, tentam reconstruir suas relações familiares, pois na impossibilidade de estarem juntas – não foram criadas por suas mães biológicas e não criaram os seus filhos –, acabam por fixá-los na

pele, fazendo com que eles habitem os seus corpos. “Quero saber logo se é menina pra tatuar. Eu quero uma menina, Pâmela”, diz Priscila.

Nesse momento, Priscila solicita uma foto de corpo inteiro “pra guardar”. Logo uma das agentes reclama, lembrando que não é permitido fotografar o rosto. Questiono lembrando que “a decisão é dela”, pois pela Vara de Execução Penal/VEP, quem decide sobre as fotografias são elas. Não à toa trouxe um termo de cessão de imagem. Resolvemos, então, tratar esse assunto com a direção da Talavera e lá apresento uma autorização assinada pelo Juiz da VEP, ressaltando o fato de que as internas têm autonomia. Ao concordar, a direção redige um novo termo de cessão de voz e imagem, mais simples e comumente utilizado pela instituição¹²². Retomamos o fotografar e Priscila sugere fazer as fotos ao lado dos computadores “pra não parecer uma prisão”. A partir do momento que aceitei a sua sugestão, ela passou a se comportar de modo diferente daquele do início do nosso encontro; mostrava-se menos desconfiada, agindo com mais firmeza e naturalidade. Vi emergir outra Priscila. Uma Priscila da fala e outra do olhar. Fiquei mais confiante. Era o momento de explorar essa nova forma de comunicação que se estabeleceu com a fotografia.

¹²² Ver anexo C.



51. Uma nova forma de comunicação que se estabeleceu com a fotografia.

Ao dar-se “para ser vista” e “se olhar” Priscila revelou algumas camadas que compõem o seu universo no encarceramento como, por exemplo, a recriação do cenário, o reconhecimento do corpo e os gestos partilhados no momento da pose. No retorno de sua imagem, fiquei impressionada ao vê-la surpresa: “minha barriga!¹²³ [...] ela está pequena demais. A doutora falou que estava grande. Não está grande”. Era a primeira vez que Priscila estava diante do seu corpo grávido. Certa vez, ao final de uma palestra no Talavera Bruce foram distribuídos sabonetes, loções cremosas e pentes a título de premiações. Impressionante os desejos expressos pelas detentas para obtê-los. Produtos que vieram confirmar a idéia de que nos espaços prisionais, o corpo feminino é o que sofre maior opressão.

Sobre o corpo, há muito tempo ele tem sido objeto de atenção e investigação nas Ciências Sociais. Resumidamente, José Carlos Rodrigues (1983, p.125), no

¹²³ Cabe ressaltar que no Talavera Bruce as internas tem acesso a espaços ,como um salão de beleza ,e portanto, é provável que a interna tenha tido acesso à sua imagem num espelho.

estudo “Tabu do Corpo”, salienta que a experiência do corpo é sempre modificada pela experiência da cultura, pois “no corpo está simbolicamente impressa a estrutura social; e a atividade corporal – andar, lavar, morrer – não faz mais que torná-la expressa”¹²⁴. Marcel Mauss (2003 [1936]), um dos primeiros estudiosos a ressaltar o papel da cultura na conformação do corpo, propôs um estudo sobre as técnicas corporais, que “olhemos para nós mesmo, nesse momento. Tudo em nós é imposto” (MAUSS, 2003 [1936], p.408)¹²⁵. Segundo ele seria necessário a realização de uma catalogação dos modos como os seres humanos, nas diversas sociedades, se utilizam de seus corpos na sua vida diária, destacando o caráter mimético da aprendizagem, que segundo o autor, se dá pela imitação:

O que se passa é uma imitação prestigiosa. A criança, como o adulto, imita atos bem-sucedidos que ela viu ser efetuados por pessoas nas quais confia e que têm autoridade sobre ela. O ato se impõe de fora, do alto, mesmo um ato exclusivamente biológico, relativo ao corpo.
[...] É precisamente nessa noção de prestígio da pessoa que faz o ato ordenado, autorizado, provado, em relação ao indivíduo imitador, que se verifica todo o elemento social. (MAUSS, 2003 [1936], p. 405)

Essa noção, que Mauss nomeou de *habitus*¹²⁶, foi retomada por Pierre Bourdieu em diversas obras visando, também refletir sobre o corpo. Para ele, o corpo é o espaço onde a cultura se localiza; onde se situam os principais esquemas de percepção do mundo, formados a partir das estruturas fundamentais de cada grupo. É nele, prossegue o autor afirma, que a cultura é incorporada por meio de um mecanismo denominado de *habitus*¹²⁷, que seria a própria naturalização da cultura; sendo o corpo, mesmo no seu nível mais “natural”, um produto social, já que a própria idéia de “natural” seria, ela própria, uma representação.

Relembrando Michel Foucault (2003 [1975]), é no corpo e através dos regimes de controle e mecanismos punitivos, que as relações de poder se encerram.

¹²⁴ Grifo do autor .

¹²⁵ M. Mauss antecipou os trabalhos da Escola Americana de Cultura e Personalidade (Ruth Benedict e Margaret Mead).

¹²⁶ Conceito também já empregado por Émile Durkheim e Max Weber.

¹²⁷ “Sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agente”. BOURDIEU, Pierre. Campo do poder, campo intelectual e *habitus* de classe. In Sérgio Miceli, organizador. A economia das trocas simbólicas. (5ª ed.). São Paulo: Perspectiva; 1998. p. 183-202.

Dessa forma, para este autor, a história do corpo, é na verdade, a história dos saberes ou das técnicas de procedimentos “prescritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la”. Técnicas que colocam o corpo humano numa “maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe” (FOUCAULT, 2003 [1975], p.119). Ou ainda, “uma anatomia política”, saberes que não apenas educam os corpos, mas acabam produzindo subjetividades principalmente, pelo incitamento e encadeamento de posições e identidades.



52. Priscila e Rosi: "de frente" e "de perfil".

Em pé e diante da câmera fotográfica Priscila e Rosi instantaneamente reproduziram as poses de identificação, típicas das fotografias jurídicas: de frente e de perfil. Tais gestos recuperaram no meu fotografar o paradigma disciplinar do século XIX que regulava o corpo desviante. Meu ato fotográfico se aproximou, mais uma vez, das imagens antropométricas/judiciárias de Alphonse Bertillon, Francis Galton e Cesare Lombroso que buscavam marcas e inscrições corporais capazes de tipificar para melhor acusar personalidades ditas “criminosas”, “assassinas”, “loucas” etc. Num determinado momento e numa demonstração de controle sobre o corpo da detenta, uma agente ordenou que Rosi levantasse a blusa e me mostrasse sua tatuagem da barriga. “veja isso! Olha só!”, disse a agente em tom de reprovação.



53. “veja isso! Olha só!”

A fala da agente lembra a idéia kafkiana¹²⁸ expressa no conto “Na Colônia Penal”, no qual se inscreve no corpo de um condenado a sentença que o levou à punição. A tatuagem da Rosi, lembra uma passagem contida no estudo “Ao Sul do Corpo”, de Mary Del Priore (2008). Reproduzo-a: “O corpo feminino devia abrir-se ao olhar do médico ou do autonomista como uma flor. Fecundo como a terra, ramificava-se em veias e sangue que o embebiavam como o oceano irrigava a terra com infinitos” (2009

¹²⁸ KAFKA, Franz. Na Colônia Penal. Tradução de Modesto Carone. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

[1993], n.p.). O resultado foi uma fotografia de corpos sujeitados (incluindo também o meu) pelas técnicas de poder; e ao mesmo tempo, sujeito de um discurso de resistência, pois contrário aos valores morais e aos discursos sobre a saúde daquela que o descobriria.

Entretanto suas *poses* me incomodaram.

Fui tomada pelo mesmo desconforto vivenciado quando fotografei os detentos do Bangu “dois”: o pressuposto da “subordinação” transformara, naquele instante, minha câmera num “dispositivo fotográfico” acionada por “dispositivos disciplinares” (FOUCAULT, 2003, [1975]). Resolvi, então, não mais fotografá-la, pois nessa experiência *também* compartilhada, fotografei o que não queria, e certamente, o que Rosi *também* não desejaria revelar. Fotografei um enquadramento condicionado ao mando da agente penitenciária. Fotografias *também* são meios de se “tornar real” assuntos, que talvez, preferíssemos ignorar. Dizem que alguns antropólogos transformam em nativos, pois eu me senti como Rosi, coagida. Aliás, ali todos somos. É o espaço. Não se sabe o que falar, para onde olhar e acabamos fazendo tudo o que as agentes mandam.

4.3. Subjetividades da gravidez e da maternidade

4.3.1. Grávida na Prisão. Aqui não é lugar de engravidar



54. Priscila: "tá bicuda"

Quando Priscila se entregou à sua imagem, através do visor da câmera, sua barriga, até então estava ausente da entrevista – como se houvesse uma separação entre ela e o seu corpo –, parece ter crescido. : - “Minha barriga! [...]”

Surgem revelações sobre o seu relacionamento com os filhos e novas subjetividades sobre a sua gravidez e sua condição de apenada foram apresentadas:

Nossa, como minha barriga está desnutrida. Eu botei um barrigão com os meninos, mas tá bicuda. Bicuda é menino, né? Ai, eu quero uma menina [...].

Depois da barriga fico aqui sozinha e só dormindo. Não faço nada. Acordo e durmo [...] com barriga não dá pra fazer nada aqui. De barriga aqui não tem direito a nada.

Na literatura brasileira sobre a maternidade e gravidez Ondina F. Leal e Bernardo Lewgoy (2001, [1995]), discutem as práticas reprodutivas e contraceptivas, realizadas em Porto Alegre. Nos seus estudos, os autores ressaltam que enquanto a gravidez não for, de fato, "assumida" pela mulher, não há o reconhecimento de uma criança em formação; dessa forma, é o "assumir", respaldado a uma série de condições e adequações materiais, morais e emocionais - seja com o companheiro, familiares ou outros sujeitos significativos -, que tornaria a gravidez legítima do ponto de vista social. Durante as entrevistas com as gestantes no TB, a sensação de uma gravidez indesejada era constante - talvez o próprio espaço, como veremos adiante, produza essa sensação - e poucos foram os momentos explícitos de uma gravidez "assumida. Um deles foi o (re)encontro de Priscila com o seu corpo grávido. Entretanto, esse momento, de imediato, foi contrastado com um elenco de motivações para não estar grávida:

assim (grávida) a gente tem que comer por dois. Aqui não tem nem direito pra um
isso aqui é lugar de gente deprimida. É só tristeza!

tem horas aqui, que qualquer presença incomoda. Tem horas que eu só queria me fechar, ter um pouco de silêncio, mas você vê, não dá. Isso aqui é um inferno

não é bom estar grávida aqui. Grávida as coisas apertam mais

Situação confirmada por outras entrevistadas, como a sul-mato-grossense **Márcia** (21 anos) que, quase às lágrimas, lamentava:

Eu não queria estar grávida. Não aqui dentro. Seria bem melhor não estar grávida”.

Ana Cláudia (19 anos), condenada por tráfico de drogas e formação de quadrilha, descobriu a sua primeira gravidez quando já estava internada:

Aqui a gente fica o tempo inteiro pensando [...] passa um montão de coisas na cabeça, então fico triste e irritada. Pensa no futuro, como está o neném [...] se não mexe a gente já pensa em besteira. Será que tá bem, né?! E aquilo tudo [...]

Nunca imaginei essa situação. que eu ia ser mãe assim. Fico pensando o tempo inteiro e não sei o que fazer

O “não queria estar grávida”, no Talavera Bruce, diz respeito menos à maternidade e, fundamentalmente, à angústia de estar grávida num contexto de precariedade e desamparo, onde a própria confirmação da condição da gravidez para as detentas gera expectativas sobre a criança, elas não se sentem preparadas emocionalmente para enfrentar, já que a própria gravidez mobiliza atos e atitudes que no interior do sistema prisional não podem ser realizadas e/ou não são oferecidas: como os intensos cuidados com uma alimentação diferenciada, a realização de pré-natal, roupas apropriadas, o próprio enxoval do bebê e as vivências corporais.

A gestação é um período marcado por inúmeras mudanças, principalmente aquelas que imediatamente se relacionam com o corpo. E diante de todas as possíveis modificações, o potencial de influência de uma gravidez sobre a subjetividade das mulheres nem sempre é previsível. Alguns trabalhos antropológicos, tais como os de Mauss (2003, [1950]), Mead (1979), Duarte (1986), Leal & Lewgoy (1995), Rezende (2010, [2009]), Lo Bianco (1985) e Paim (1998) tratam das vivências, das alterações corporais e dos estados emocionais provocados pela gravidez. Mauss, no seu texto clássico e já citado, “As Técnicas Corporais”, observa que as “formas da obstetrícia” são muito variáveis: na Índia, por exemplo, muitas mulheres dão à luz em pé enquanto que outras culturas optam pela posição deitada ou de “quatro”; o que o autor salienta é que as posições adotadas, não são escolhas individuais, mas resultam de um intenso processo educativo

(p.412). Margaret Mead apresenta-nos que numa mesma sociedade, podemos encontrar uma diversidade de significados sobre a maternidade e a gravidez; no seu estudo sobre três tribos da Nova Guiné, relata que entre os Mundugomor a notícia da gravidez é recebida com desgosto e com o isolamento do casal, que a relação entre mãe e filhos é marcada pela impaciência e ressentimentos; que as crianças são devotadas, entre os Arapesh e; entre os Tchambui, as responsabilidades pela alimentação são divididas entre as esposas do pai. Mead reforça, assim, a idéia de que os eventos corporais – por serem submetidos a uma construção simbólica que se impõe aos indivíduos – se constituem como eventos culturais. Heloísa Paim, por exemplo, observa que, embora a gravidez e a maternidade sejam fenômenos biológicos, também abrangem dimensões culturais, históricas, sociais e afetivas. Em pesquisa sobre a vivência da gestação no universo popular, a autora destaca que esta é experimentada a partir de um código cultural próprio, que compreende a mulher grávida vinculada ao espaço doméstico, a gravidez “como um dos pontos altos da construção da identidade feminina” e o corpo grávido como descrito não sob a forma de comportamentos frágeis, mas pelo contrário, pela imagem de força.

Ainda que as experiências da maternidade e da gravidez sejam experiências sociais, elas são compreendidas pelos indivíduos como naturais, como aponta M. L. Heilborn:

Nosso corpo não é um entidade natural: o corpo é uma dimensão produzida pelos imperativos/efeitos da cultura. A nossa sensação física passa, obrigatoriamente, pelos significados e elaborações culturais que um determinado meio ambiente social nós dá. Um exemplo que as feministas melhor exploraram para demonstrar a não naturalidade do feminino, refere-se à crença profundamente arraigada na nossa cultura de que as mulheres têm instinto maternal. Nós temos essa representação de que as mães têm uma tal ligação com seus filhos, que elas sentem quando eles estão sofrendo, que elas ouvem alguma coisa à distância que acontece com eles e, que há, portanto um tipo de vínculo que transcende qualquer tipo de explicação racional que nós pudéssemos dar.

A própria expressão ‘instinto maternal’ já aponta para a naturalização que o corpo apresenta na cultura ocidental. Em especial, o corpo das mulheres. Para essas, (nós) a natureza da maternidade é de tal ordem que nós teríamos uma inscrição corporal de afeição em relação à própria prole. (HEILBORN, 2010, [1997], s.p.)

Nas definições cotidianas acerca do que é “ser mulher”, o “gerar”, o “ser mãe” e o “cuidar” figuram como determinadores da identidade feminina, pois se certos fenômenos são considerados naturais, isso deve-se ao fato de estarem presentes

de forma objetiva no mundo social e por terem sido incorporados à própria estrutura cognitiva dos sujeitos¹²⁹. O mesmo confirma Heilborn:

Embora os (as) antropólogos (as) sustentam que as idéias (valores) são produzidas pela cultura, elas passam a ser uma realidade, na medida em que os seres humanos são socialmente construídos e as representações têm o poder de engendrar realidades concretamente sentidas pelos sujeitos. Se cremos que há um vínculo entre uma mulher e sua criança, essa representação poderosa se inscreve no corpo e no psiquismo das mulheres, (se aceitarmos essa bipartição) a ponto de nós podermos de fato dizer que a cultura ao modelar a idéia de um instinto da maternidade, de fato o cria. (HEILBORN, 2010, [1997], s.p.)

Entretanto, Anna Carolina Lo Bianco (1985) chama a atenção para uma possível redefinição do papel da maternidade na construção da identidade feminina. Segundo a autora, desde os anos de 1970 e 1980, essa vinculação não se impõe com a mesma força em alguns grupos sociais, como por exemplo, às camadas médias das sociedades:

Pode-se dizer, então, que a nível da sociedade se encontram definições de maternidade contrastante entre si. Ainda, é importante chamar atenção para um outro aspecto contraditório na definição da maternidade que, agora, se refere à própria mudança nessa definição. Como foi dito anteriormente, a vinculação exclusiva que era mantida entre o papel da mulher e o de mãe parece estar perdendo a força e homogeneidade com que se impunha. Para os referidos grupos sociais pertencentes às gerações mais novas das camadas médias, o papel da mulher passa comportar outras definições não subordinadas à esfera materna. [...] pode-se, então falar da existência de papéis disponíveis para a mulher que não se limitam exclusivamente à maternidade. Esta deixa de ser investida com a tonalidade particular de antes. [...] a definição do papel feminino muda, mas esta mudança não se dá sem restrições. Não se pensa mais no papel da mãe como o único disponível para uma mulher. Contudo, pode ser ainda considerado um dos papéis femininos obrigatórios, e , indubitavelmente, um dos mais centrais. Há, pois, uma ênfase simultânea na importância e obrigatoriedade da maternidade e na importância e possibilidade do desempenho de outros papéis não relacionados ao de ser mãe. (LO BIANCO, 1985, p. 96-97)

Lo Bianco, com uma abordagem mais psicanalítica, buscou compreender um fenômeno denominado “psicologização do feto”, ou seja, a “expressão da busca de um aperfeiçoamento da relação materno-infantil” anterior ao próprio nascimento da criança, e a garantia do bem-estar emocional desta. Para isso, a autora, fez um estudo comparativo entre mulheres das camadas médias e popular do Rio de Janeiro. Nas entrevistas, Lo Bianco enfocou as mudanças ocorridas durante a

¹²⁹ BOURDIEU, op.cit.

gravidez, a relação mãe-feto, a preparação do parto e o papel da mulher. Segundo a pesquisadora, para as mulheres da classe média a gravidez é um “estágio transitório da maternidade”, e para o outro grupo, um “período transitório *para a maternidade*”. A diferença entre os grupos estaria na forma de a gestante se referir à sua situação de mãe e ao feto. Para o primeiro grupo, a mulher se torna mãe ao engravidar, passando a ter cuidados concretos em relação à constituição física e psicológica do feto. Já para o grupo de mulheres moradoras das camadas populares, as obrigações enquanto mãe se instauram com o nascimento da criança. Sendo assim, esse grupo não tem preocupações específicas com a gravidez, mas com as condições de sobrevivência após o parto. Ou seja, enquanto um grupo aponta transformações na sua vida com a notícia da gravidez, o outro espera que as mudanças aconteçam após o nascimento.

Todavia, num contrapondo a Lo Bianco, encontramos a pesquisa de H. Paim (1998) apresenta diferentes práticas e percepções das mulheres dos grupos populares no sul do país quanto à gestação, e Paim salienta que, para uma melhor compreensão de como as mulheres dos grupos populares experimentam suas gestações, seria necessário ter clareza sobre o modo como a conceberiam os seus corpos, a saber:

que cada corpo é único, e que as experiências podem variar de uma geração para outra; que o corpo feminino é caracterizado por movimentos de abertura e fechamento. [...] Está clara, que no discurso a respeito da gravidez das mulheres entrevistadas, uma tentativa de reforçar o desempenho ideal do papel feminino. Esse não é descrito sob a forma de comportamentos frágeis; pelo contrário, as informantes reforçam constantemente suas grandes responsabilidades junto à família e expressam a imagem de mulheres valentes ao descreverem os incômodos durante a gravidez, as dores intensas do parto, as marcas corporais. Tudo minimizado pelo nascimento de um novo ser. (PAIM, 1998, p.39; 45)

No universo do Talavera Bruce, a compreensão e a vivência da maternidade não são facilmente dedutíveis. Poucas foram as internas que teceram comentários acerca das alterações emocionais e físicas associadas *exclusivamente* à gestação. Em geral, estes distúrbios são percebidos como inerentes à condição de apenadas e ao espaço prisional, como a reclamação apresentada por uma interna: “Você sente esse cheiro? Aqui me enjoa. Me enjoa muito. Fico o tempo inteiro enjoada. Esse lugar cheira ruim, cheira mofo e morte [...] tudo misturado com esse calor todo (irritada)”.

A gravidez e a maternidade para esse grupo constituem em ambivalências construídas a partir das relações de gênero assimétricas e da incompatibilidade entre as duas condições – ser mãe e estar presa¹³⁰. O confinamento e as condições do nascimento do filho marcam o estatuto do filho “preso”, pois “ele nasce preso”. São, exatamente, essas condições que provocam sentimentos de rejeição e de aceitação da maternidade:

Eu só tenho ele. Aqui e lá fora também só tenho ele, porque o pai me abandonou, nem me escreve mais. Não vejo o meu filho, nem ninguém me visita. Aqui ele já é a minha única companhia, meu acalanto. Mas quando vejo e penso algum bebê saindo, fico muito triste. Dá uma angustia [...] sei que vou sofrer muito, mas ele vai sofrer menos do que eu porque aqui ele vai ficar preso comigo, mas lá fora vai ser melhor. Ele já deve estar sentindo, mas ele vai ficar com a minha mãe, vai ser melhor, desabafou Michele (25 anos), presa por seqüestro.

Eu me envergonho, me envergonho. Entrei nisso sem precisar porque tenho marido e família [...] meu marido é empresário. Tem uma oficina, faz concertos, mas queria um quarto bonito, um enxoval. Nem sei como fui fazer isso (tráfico de entorpecentes), nem sei como vou viver com isso, com esse sentimento. Eu olho pra mim, penso no meu filho e no futuro que estou dando pra ele. Como vou explicar que ele nasceu numa prisão?!, se questiona, Clara (36 anos), detida como “mula”¹³¹ do tráfico.

A preocupação com as conseqüências, sem os cuidados necessários, para a vida dos bebês é recorrente nas entrevistas. Tais discursos, narrados com tristeza e culpa, apontam para uma compreensão da gestação e da maternidade vividas na penitenciária como experiências angustiantes e diferenciadas daquelas vividas em sociedade livre. Experiências que, durante o período da gestação, comprometem a construção de um vínculo afetivo com seus bebês: “não gosto nem de pensar porque não quero me apegar. Não sei se vou dar pra minha família, não sei com quem vai ficar, mas não quero pensar nisso”. É assim que uma interna encerra uma entrevista que mal começara.

Como na maternidade, antes mesmo de existir uma criança, há uma demanda por cuidados mais concretos, as emoções que a acompanham passam a ser redefinidas segundo preceitos que buscam exercitar uma boa relação materno-

¹³⁰ Sobre a gravidez no presídio, ressalto que temas como aborto e estupro não foram citados pelas internas nas entrevistas.

¹³¹ O termo “mula” se refere ao indivíduo que, conscientemente ou não, transporta droga em seu corpo. Para os traficantes, utilizar este tipo de “mão de obra” é mais vantajoso por afastá-los da fiscalização, por envolverem pessoas que geralmente não levantam suspeitas, as grávidas, por exemplo, e pelo fato de que, caso uma mula seja presa, os “prejuízos financeiros” são menores.

infantil, dando-lhe plausibilidade. Porém, como a penitenciária feminina se caracteriza pela marcante presença de tratos desumanos, humilhações, desafetos, pela fragilização das relações familiares e pelas *ausências*, quer seja de materiais básicos – como água, sabonete, produtos íntimos e papel higiênico - seja de atendimento médico, constitui-se em um lugar de incompatibilidade entre as condições da privação de liberdade, de punição e da maternidade. Cabe ressaltar que, como conseqüência do ato criminoso, seus corpos recebem atributos estigmatizantes que podem ser reconhecidos nas falas sobre a maternidade, de uma entrevistada que trabalha no “sistema”:

Minha grande experiência no sistema é em unidade prisional masculina. Lidar com mulheres é uma experiência sempre desafiante. Elas trazem diferenças entre o preso masculino, né? É tudo mais delicado. E também mais violento. Elas trazem bastante demanda. A unidade feminina tem nuances e demandas que você não encontra numa unidade masculina. Falando em palavras, assim, mais simplificadas: trabalhar numa unidade masculina de 1000 presos “é mais fácil” do que trabalhar numa feminina de 100. Dei esse exemplo pra você ter uma idéia de como elas são. Essa é inclusive uma visão unânime em todo sistema, de todo mundo que trabalha na SEAP. Trabalhar aqui é muito mais difícil por conta da natureza feminina, da questão feminina, das questões da mulher, das condições femininas na sociedade [...] elas são muito emotivas. Os delitos, muitas vezes, estão vinculados aos parceiros, né? Muitas dessas coisas dos vínculos afetivos têm de alguma forma “conduzido” a mulher para essa realidade do crime. Não tenho pesquisa sobre isso, mas há muitos casos...por eles, elas abandonam tudo [...].

Dessa forma, no imaginário institucional¹³² essas mulheres acabam não correspondendo a prédica daquilo que seria compreendido como “boa mãe” e são tratadas como mulheres “naturalmente agressivas” e “mães desnaturadas”, principalmente, por não se prestarem aos cuidados dos filhos. O tema cuidado merece destaque porque reforça o papel de cuidadora das mulheres. Para C. Araújo & C. Scalon (2005, p.22) o cuidado, entendido como “a provisão diária de atenção social, física, psíquica e emocional das pessoas”, assim como as responsabilidades familiares ainda é um atributo exclusivo das mulheres. Estas atividades, ausentes em de uma penitenciária feminina, contribuem para a naturalização da maldade, não só das mães, mas das mulheres que cometem delitos e esta é uma das mais contundentes construções de gênero presente desde a criação da Penitenciária

¹³² Cabe ressaltar que esse imaginário se confunde com o religioso com a ampliação de doutrinas religiosas, sobretudo dos evangélicos pentecostais, entre as detentas, e especialmente, entre os funcionários, agentes penitenciários e diretores das unidades. Vide a inscrição religiosa – de filiação evangélica, de acordo com a direção – no portão principal da penitenciária: “Se o Senhor não guardar a cidade, em vão vigia a sentinela.” (Sl. 127.1)

Talavera Bruce, no início do século XX, e que surge intencionando a reabilitação das mulheres aos seus instintos positivos. Entretanto, ao contrário dos olhares institucionais, encontramos uma ressignificação da maternidade a partir de um repertório de culpas e vergonhas produzido pelos vínculos prisionais:

Ela (o bebê) é mais uma pena que tenho que cumprir aqui, sabe?! olho pra ela (barriga) e sofro por ela, sofro muito por tá dando essa vida pra ela. Essa vida é minha e não é dela, mas ela tá vivendo aqui. Cadeia não é lugar pra ninguém, ainda mais pra uma criança. Meus outros filhos estudam, moram com o meu irmão, mas ela não sei o que vai acontecer [...], lamenta Priscila (29 anos).

Eu fico pensativa e preocupada. Aqui a gente pensa muito. Penso porque, eu vou te dizer, eu sou viciada. fico preocupada porque aqui fez só dois encontros (ultras) com a médica e já estou com sete meses. No meu outro filho, foi tudo certo. Tinha enxoval e tudo. Aqui nem isso eles ajudam. Tenho uma coisa ali, outra aqui que a gente acaba ganhando, mas muito pouco. Fico pensando também no parto..., diz Rita (30 anos).

Diferente dos objetivos daquela “Penitenciária de Mulheres” que desejava recuperar a Santa e Mãe na mulher prisioneira, a “condenação” ou a desqualificação dessas mães justifica a manutenção do precário atendimento dispensado a elas e aos seus filhos. É bom frisar que o nascimento e a permanência de crianças no interior de uma prisão remetem a situações que extrapolam a condenação legal e que, para uma melhor sobrevivência da criança, exige-se alguns cuidados com a genitora desde os primeiros meses de gestação, por meio de acompanhamento pré-natal, que no caso do TB, é ignorado. Nesse espaço a compreensão que se tem de políticas públicas para a proteção da gestação decorre da relação da política infantil com o contexto prisional, pois registra-se apenas no Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 9º que estabelece que “o poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas à medida privativa de liberdade”.

Elas (as crianças e as mães) só estão aqui no UMI (Unidade Materno-Infantil), o UMI só existe em função a uma questão: ao aleitamento. É o direito da criança ao aleitamento. E aqui é esse direito é que tem que ser preservado, mais do que outro, inclusive das internas, afirma uma das direções da unidade.

Diante de tal afirmação, há que fazer referência ao que foi mencionado anteriormente acerca das percepções da gravidez por Lo Bianco (1985) quando esta

salienta que a afetividade em relação ao feto não se articula da mesma maneira entre as camadas sociais. Segundo a autora, para um determinado grupo social (camadas médias) a condição de mãe se faz presente na gravidez, época do início da relação com a criança que irá nascer. Nas camadas populares, a condição se instaura somente com o nascimento da criança. Dito isto, repenso uma outra situação de entrevista quando uma das direções do TB, ao ser questionada sobre as ações da instituição voltadas para as internas grávidas, se referia a elas somente como uma *paciente*: “me preocupo com o bem-estar delas. De todas, mas especialmente delas. Principalmente porque aqui, além de detentas, elas são pacientes”. Procuro, então, compreender melhor o conceito de paciente. Peço-lhe para me explicar:

- “Elas não estão no estado normal. São especiais, vivem naquele momento especial e precisamos evitar atritos, conflitos. Não podemos esquecer que a nossa função aqui é dar e manter a segurança”.
- “Delas e das crianças?”
- “Certamente, das duas, mas essa preocupação (com as crianças) não é mais daqui. É da UMI, mas aqui há uma integração”.

Dessa forma, para a instituição, as obrigações com as mães se instauram somente com o nascimento da criança, não exigindo, portanto preocupações específicas com a gravidez, ou com o feto, mas sim com a segurança de todos.

4.3.2. Se desligando.

Para Clifford Geertz (1998, [1977]), a teoria científica move-se principalmente por analogias, por um pensamento metafórico, “um tipo de compreensão que ‘vê’ aquilo que é menos inteligível através de uma comparação com o mais inteligível (a terra é um imã, o coração uma bomba de água, a luz uma onda, o cérebro como se fosse um computador, o espaço um balão)” (p.37). Baseado na sociologia de M. Weber, para quem o homem só é capaz de viver em um mundo que seja dotado de sentido para si, C. Geertz entende a cultura como sendo a produção desse sentido, ou seja, como uma “teia de significados” na qual os homens tecem suas interações cotidianas, e que funciona como um mapa para a ação social. Seguindo um

raciocínio metafórico, o antropólogo norte-americano defende um conceito semiótico de cultura, enxergando-a como um texto, ou um conjunto de textos, que os atores leem para interpretar o curso dos acontecimentos sociais. Desta forma, se a cultura é um texto, o papel do antropólogo seria o da interpretação desse texto; caberia, então, ao antropólogo, penetrar em suas emaranhadas estruturas significativas para compreender não apenas o que elas significam, mas de que forma fazem sentido e como ganham significado(s) para o sujeito.

Assim, o autor sugere que o ofício do antropólogo é o de um intérprete, ou seja, aquele que caminha entre a explicação e a compreensão cultural. C. Geertz interpreta, em um dado contexto, o fluxo do discurso social: as falas, os silêncios, os gestos e as ações, lendo-os em segunda mão uma vez que o faz por sobre o ombro dos “nativos”, dado que são os próprios sujeitos sociais que interpretam a sua própria cultura em primeira mão. Dessa forma, se a cultura é uma coleção de textos (polissêmicos) escritos, reescritos e lidos pelos indivíduos em suas interações é necessário, então, que o antropólogo faça parte dessas interações, explorando as margens das opiniões sobre elas para interpretar e se inscrever esses textos. Reforça, assim, a proposta de B. Malinowski e a centralidade do trabalho de campo etnográfico na antropologia.

Meu campo foi realizado em um espaço que, durante a pesquisa, sofreu importantes modificações estruturais, a saber, no sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro, quando as internas grávidas dão à luz e vão com seu bebê para um espaço localizado dentro da penitenciária Talavera Bruce, definido por uma das direções como “um abrigo de criança” (UMI). Lá as mães permanecem com seus filhos até que eles completem seis meses. Passado este prazo, as crianças devem ficar sob a responsabilidade de familiares ou serem encaminhadas ao Juizado da Infância e Juventude, enquanto a interna, caso ainda não tenha sido julgada, retorna à unidade prisional ou delegacia de origem.

Na UMI, respondemos a dois senhores: a legislação da Vara de Execução Penal, já que temos presas aqui dentro e atendemos a Lei Federal do Estatuto da Criança e do Adolescente¹³³ (ECA). Aqui você tem que respeitar esses dois aspectos: não pode infringir a LEP (Lei de Execuções Penais) e muito menos infringir ao ECA”, esclarece a direção.

¹³³ Registra-se que a Lei nº 8.0669 de 13/07/90 do ECA, norteadas pelos artigos 204 e 227 da Carta Magna, assegura a prioridade absoluta à criança e ao adolescente como dever da família, da sociedade e do Estado.

Esse espaço funcionou como a creche “Madre Teresa de Calcutá” até o final do ano de 2005, e era subordinado à direção da penitenciária Talavera Bruce. Em 2006, por meio de um decreto nº 38.073 de 02 de agosto de 2005, foi desvinculado da penitenciária e redefinido com uma estrutura própria e subordinado à Coordenação de Serviço Social:

“Com a transição do antigo DESIPE¹³⁴ para a SEAP, cria-se uma nova estrutura que prevê a transformação do que era anteriormente conhecida com uma creche, a Creche Madre Teresa de Calcutá, para a Unidade Materno-Infantil, com estrutura administrativa independente e destinada a abrigar os filhos das mulheres presas nascidos no sistema”, esclarece uma das direções da UMI.

Nessa estrutura as crianças e suas mães passaram a receber atendimentos específicos de uma equipe técnica formada por um pediatra (que trabalha três vezes por semana), um psicólogo, um assistente social e dois profissionais de enfermagem (que trabalham todos os dias). É importante destacar que a UMI é a única unidade do sistema penitenciário do Rio de Janeiro que permite a permanência da criança junto à mãe que cumpre pena de prisão. Isso o classifica como um lugar de “trânsito” visto que ao final dos seis meses as internas são transferidas para outras unidades prisionais, conforme as suas situações processuais. No período desta pesquisa (2005 e 2007), a unidade contava com um contingente médio de 23 mães em companhia dos seus filhos - “mas é muito oscilante, já tivemos 15, 13 [...]” -, das quais oito foram entrevistadas. Ressalto que o trabalho de campo, na creche, foi realizado em três momentos distintos: em 2005 com livre acesso, em 2006 com acesso restrito e 2007 com acesso controlado pelo SEAP.

Por sua complexidade, o “abrigo de criança” é um lugar de difícil acessibilidade no sistema penitenciário. Nesse espaço ocupado pelos *cuidados* jurídicos, as palavras e as imagens esmaeceram e existem muitas restrições ao acesso às informações: a limitação da circulação pelos – ‘aqui pode, ali não pode’ –, a restrição à conversa com as internas e seus filhos, algumas selecionadas pela direção e a impossibilidade de conversar com os funcionários administrativos. As restrições impuseram um silenciamento ao campo, e ainda que paradoxal esse silêncio é aqui compreendido como um dispositivo discursivo: no instante em que se

¹³⁴ Departamento do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro.

instaura, anuncia. Encontramos, na verdade, as mais diferentes formas de dizer: quem pode ou não falar, quem fala por quem, o que é calado ou como ele é gerido. Fazer etnografia diante de tantas restrições consiste em tentar ler um manuscrito desbotado, cheio de rasuras e emendas - é ler nas entrelinhas.

...

A entrevista com uma mãe, **Adriana**, transcorria tranquilamente até o momento em que fui surpreendida por um aviso: “Já está na hora do carrinho!” Sem interromper a nossa conversa, ela retira o seu bebê que estava no carrinho e repassa-o para a outra mãe, que irritada segurava o seu bebê, aos choros, no colo. Segue a cena colocando o bebê no carrinho e se afastando. Todavia, este episódio, aparentemente comum às mães, reconduziu a minha atenção. Perguntada sobre o que estava acontecendo, Adriana explica:

- “É a hora dela”
- “Como assim? Esse carrinho não é seu?!”
- “O carrinho não tem dono. É de todo mundo aqui”
- “Entendi. É da creche?!”
- “Não! Não é daqui. Ele já foi de um bebê, deixaram pra outro e todo mundo usa um pouco. Cada hora um pouquinho”.

O episódio “carrinho de bebê” ganhou outra dimensão. Não me refiro à importância que a utilização do carrinho adquire num ambiente como o prisional com a facilidade do transporte sem muito esforço, a mobilidade e o conforto acentuado. Mas à recondução do meu olhar – que naquele momento se encontrava friamente fixado na fala da entrevistada – para o cenário da creche que, como um sistema de significados espacializados, eliminava qualquer atividade infantil.

Pensando o espaço cênico como algo constituído por um sistema de objetos em um sistema de ações, percebo que esse o cenário da creche não é um fundo passivo diante do qual os acontecimentos se desenrolam; ele informa acerca do lugar. No contexto prisional é a própria representação da instituição sobre o nascimento e a permanência de crianças naquele lugar. Atenta, reparo que o espaço da creche não convergia num lugar de acolhimento nem de convívio, mas num local

de abandono, de ausências. Estávamos na sala de recreação das crianças. Nela, poucos eram os objetos presentes: uma sala com paredes pintadas de amarelo-bebê, alguns desenhos infantis esmaecidos, poucos brinquedos e *um* carrinho de bebê, que num primeiro momento pensei ser da instituição. O carrinho já tinha sido de uma interna e acabou se transformando num objeto de uso compartilhado e controlado pelas elas próprias, que alternavam a sua utilização. Assim como o carrinho, descubro que vários são os objetos infantis reutilizados - o enxoval por exemplo. Geralmente é providenciado pela família da internas, mas quando a presa não tem família ou esta não tem condições financeiras que permitam a ajuda, os próprios funcionários da unidade, outras internas e a instituição se envolvem para a aquisição. Dessa forma, o cenário e o carrinho de bebê complementavam as entrevistas e se constituíram também num campo de observação etnográfica.

Retomamos a entrevista. Adriana (22 anos) estudou até o primeiro ano do 2º grau:

- Parei de estudar porque eu vim presa, mas eu não era envolvida diretamente com o tráfico. Um amigo meu me pediu para guardar a carga. Eu guardei, mas ele estava dando 'golpe de estado'¹³⁵ e me entregou pra polícia, pegou todo o dinheiro da boca e foi embora.
- Que carga você levava?
- Fui presa com oito cargas de maconha.
- Qual era a quantidade?
- Cada carga tem 120 'papel' de maconha.

Adriana “pegou” quatro anos de cadeia, mas já “tirou” dez meses. Foi presa no bairro onde morava, na Cidade de Deus, e estava com cinco meses de gestação. É mineira de Belo Horizonte e mora sozinha no Rio “desde 16 quando vim trabalhar como doméstica”. Nega ser traficante e justifica o seu vínculo por ser usuária, por relações de amizade e pelo seu relacionamento afetivo, que com a prisão e a gravidez foi rompido:

Vim presa e não tive mais contato com ele. Ele mora no Complexo do Alemão. Quer que eu fale? Quer mesmo? Ele é envolvido. Eu conheci ele e já era envolvido [...]

¹³⁵ Adriana explica que “golpe de estado” é a tomada de um domínio no tráfico.

ainda gosto dele, mas que eu saiba, ele não está preso. E nem quis saber do filho e eu nem quero mais saber dessa história, sabe.

Adriana pertence a uma família de camadas populares e não destacou, durante a entrevista, nenhum problema familiar. Diz que até os seus 18 anos, nunca “teve um vício”, que “tudo começou com uma amizade” e quando se apaixonou por um rapaz “envolvido”. O seu aprisionamento foi, aos poucos, minando as relações com a sua família e a solidão decorrente dessa ruptura familiar, e do abandono provocado pelo seu namorado, intensificou o vínculo com o seu filho, e que logo será interrompido. Isto a deixa “deprimida”:

Ele vai ficar com a minha mãe. Ela vinha pegar o meu filho na segunda, mas houve um imprevisto com a juíza e agora vou ficar mais um tempinho com ele. Ele já vai embora, já está com cinco meses. Na verdade ele não sai daqui com seis meses, vai saindo antes [...] vou falar pra senhora, na verdade, não gosto nem de pensar porque dá vontade de chorar, né?! É a única coisa que tenho, mas se eu ficar pensando vou me martirizar, por exemplo, eu fiquei me martirizando e ele não foi embora no dia 18, que é na segunda-feira. Então eu me entretenho brincando com ele. Quando eu fico brincando com ele eu esqueço os meus problemas e fico mais tempo com ele. Se eu ficar chorando, deprimida, não vou ter alegria pra brincar com ele e vou perder esse tempo com ele. Então eu fico aqui, todo o tempinho que a gente tem é pra ficar brincando.

Adriana acredita existir uma ligação, um vínculo forte entre ela e seu filho, e esse momento de ruptura da maternidade também foi referido em outras entrevistas. Para ela, seu filho sabe tudo o que ela sente, inclusive que serão separados:

Ele sente. Eu sei que ele sente. Sabe por quê? Porque antes ele ia no colo de todo mundo. Agora ele não quer ir. Só quer ficar comigo. Se eu sair de perto dele, ele começa a chorar. Ele tem que me ver, ouvir a minha voz, senão ele chora. Ele está chorando muito. Já tá sentindo. Não tá comendo direito. Só come comigo. E eu fico preocupada: como vai comer com a minha mãe? Ele nem a conhece direito. Ela só veio aqui uma vez.

E numa atitude compensatória ela se empenha nos cuidados, reforçando a ideia da identidade feminina ser norteadada por um padrão de responsabilidade de cuidados (Araújo & C. Scalón, 2005):

Sou eu que faço a comida dele. Na verdade, cuido da comida. Refaço tudo. Não confio na comida que eles enviam, às vezes vem com a validade vencida, daí eu tento dar um jeitinho e também, não confio em ninguém daqui fazendo a comida do meu filho. Você deixaria? Prefiro cuidar dessa cozinha toda pra dar a melhor comida pra ele [...]. Refaço tudo. Lavo tudo [...].

Levanta e me convida para conhecer a cozinha. Um lugar amplo, muito parecido com uma cozinha industrial. Adriana, com o bebê no colo, pega alguns alimentos e me mostra: “vê só a data”.

O bebê de Adriana ficará com a avó. Outros também ficarão. Entretanto, esse não é o destino de muitos. De acordo com as Regras Mínimas para o Tratamento dos Presos da ONU (1955) em vigor, os tratamentos das pessoas privadas de liberdade devem ter por objeto a promoção do seu desenvolvimento:

Regra 23 – 1. Nos estabelecimentos prisionais para mulheres devem existir instalações especiais para o tratamento de presas grávidas, das que tenham acabado de dar à luz e das convalescentes. Desde que seja possível, deverão ser tomadas medidas para que o parto ocorra em um hospital civil. Se a criança nascer num estabelecimento prisional, tal fato não deverá constar no seu registro de nascimento. 2. Quando for permitido às mães presas conservar as respectivas crianças, deverão ser tomadas medidas para organizar uma creche, dotada de pessoal qualificado, onde as crianças possam permanecer quando não estejam ao cuidado das mães.

Assim, as mulheres encarceradas possuem direitos previstos, tais como manter e desenvolver relações familiares e direito à proteção especial em relação aos seus bebês. Embora o artigo 89 da Lei de Execução Penal (LEP)¹³⁶ preveja que as penitenciárias femininas devem ser equipadas com uma creche para o cuidado dos filhos das presas, esse dispositivo não contempla aspectos da maternidade como um todo. Todavia, na penitenciária Talavera Bruce quando uma criança nasce na prisão ela permanece com a mãe até os seis meses de idade – período de amamentação – ou até um ano, quando há atrasos no processo da guarda. Ao término do prazo, existem as seguintes opções de guarda para as crianças de zero a seis anos, nascidas no cárcere: casas de parentes, famílias acolhedoras ou abrigos. Segundo o depoimento de uma das diretoras,

O desligamento chega na hora certa, porque aqui a maternidade é muito intensificada e essa não é a realidade delas. Na verdade, nosso trabalho é o de rompimentos e não de estímulos de vínculos, pois aqui a maternidade é vivida de uma forma mais intensa do que no mundo livre. Nenhuma mãe no mundo livre fica 24 horas por dia só convivendo com seu filho. Em geral, as mulheres livres fazem outras coisas mesmo com os seus filhos recém-nascidos e aqui, não, aqui é uma imersão nessa condição, que é atravessada por todos os lados. Essas mães fazem tudo com os seus filhos: vão ao banheiro, fazem faxina [...] mas o trabalho de rompimento é feito pela equipe técnica da unidade. Na verdade, é um processo de desligamento.

¹³⁶ Ver anexo B.

A entrevista com Adriana foi realizada em 2005. Tentei um novo contato na sua unidade de origem, mas sem sucesso. Em 2007, na minha última incursão no campo, o acesso à UMI foi restrito e controlado. Não era mais possível, por exemplo, entrar na instituição sem a autorização de, no mínimo três instâncias: a escola de gestão penitenciária da SEAP, a coordenação de serviço social da SEAP e a VEP. Mesmo seguindo as orientações burocráticas, as entrevistas foram realizadas na entrada do “abrigo” e ao lado de um funcionário indicado pela nova direção da UMI que, de imediato, me perguntou:

Você saberia me informar qual é a duração da entrevista, se 20 ou 30 minutos? Porque para uma interna vir até aqui conversar com você, ela tem que deixar o filho com outra mãe e aí você me entende, né? Com quantas internas você quer conversar?

E prosseguiu:

Sei que você tem autorização do juiz pra fotografar, mas aqui não permitimos. Fotografia só de costas e sem nenhuma outra identificação como tatuagens, por exemplo. Você também não pode fotografar as dependências, os muros, nada que identifique a unidade [...] é para garantir o direito delas e das crianças.

Tudo bem quanto aos muros e as instalações, mas quanto a elas, os direitos de imagens lhes pertencem. Foi o que solicitei – retruquei.

O drama dessas mulheres não se resume apenas às privações da liberdade, às fragilizações das relações familiares, ao desrespeito às sexualidades, mas também se refere ao ato que as impede à fala face a face, à censura produtiva daqueles que falam em nome dos direitos dos desautorizados a falar. Esse episódio indica muito bem as estratégias do poder disciplinar a que estão condicionadas e que, além de submetê-las a condições extremas de silêncio como partes indesejadas da sociedade, subtraem a voz e, assim, a humanidade, no próprio ato de defender os seus direitos. Não seria paradoxal afirmar que a produção do silêncio na Unidade Materno-Infantil muito diz sobre uma possível infantilização das internas, dessas mães.

Quando concordei com as condições, uma interna apareceu com uma camiseta de manga curta na cor rosa-bebê e com inscrições: na frente, o logotipo da Rede Globo de televisão e a frase “Ação Global”, e nas costas a sigla da Secretaria de Estado de Assuntos Penitenciários - SEAP. Perguntada se a camiseta era um

uniforme, a interna respondeu: “eles mandaram colocar porque eu ia ser fotografada”.

Trata-se de **Lúcia** (32 anos) que foi detida no estado do Rio de Janeiro.

Rodei (detida) no tráfico, 33 (artigo). Fui carregar bolsas, como se diz, ‘mula’. Vinha de São Paulo para Volta Redonda e fui presa em Vassouras. E num determinado momento, os policiais federais me prenderam.

Me prenderam com dois meses (de gravidez). Fui direto pra 53, uma delegacia em Mesquita. Fiquei presa por dois meses e um pouquinho, e de lá fui pro Nelson Hungria¹³⁷. Não vou te dizer que ficar grávida presa é uma coisa boa. Não foi nada bom, né?! Mas comigo foi normal. Não tive nenhum problema. Lá no Nelson Hungria fiz os exames tudo direitinho. Foi cinco exames. Fiquei na cela especial, como ficam da federal e das grávidas. E como fui presa pela federal (polícia) e grávida fiquei ali mesmo. Então, eu não tive nenhum problema.

- É seu primeiro filho?

- Não senhora!

- Quantos filhos?

- Eu tenho ao todo, agora com esse, seis. Três meninas e com esse, três meninos. O daqui é um menino. Ele vai fazer quatro meses. Dois são irmãos por parte de pai, falecido e os outros quatro, menores, do mesmo pai, que se encontra preso também [...] o meu filho de dez fica com o meu irmão e a minha cunhada. Os outros quatro, com a tia do meu marido [...] Ela (a cunhada) tem condições. Ela trabalha numa creche, a vó deles também ajuda e o meu pai aposentando também dá uma forcinha. Mas eu que dava tudo. Eu e meu marido. Eles só cuidam.

Pesquisando camadas populares urbanas na cidade de Porto Alegre, C. Fonseca (1995; 2004, [2000]; 2006) procurou compreender a difícil escolha entre sobrevivência e laços familiares em grupos que vivem momentos de rupturas - morte de um dos cônjuges, separação e desemprego - ou famílias com alterações nas relações conjugais. Nesses grupos os pais dividem a responsabilidade e o cuidado das crianças com uma grande rede de sociabilidade, na qual a família e a vizinhança estão envolvidas. A esta responsabilidade coletiva C. Fonseca chamou “circulação de crianças”. Em tais práticas - compreendidas também pela pesquisadora como sistema de solidariedade - as mães, em sua maioria, entregam informalmente seus filhos aos cuidados de um parente, da madrinha ou padrinho, preferencialmente alguém da rede de relações da mãe. As crianças não são dadas em adoção e a circulação ocorre dentro de uma lógica de prescrições morais no interior da rede de parentesco. C. Fonseca esclarece:

¹³⁷ Penitenciária Feminina localizada dentro do Complexo do Gericinó.

A mãe biológica quase nunca considera ter "abandonado" seus rebentos. [...] Mães que entregam os seus filhos a outros consideram que sacrificaram suas prerrogativas maternas em benefício destes. (1995, p. 36).

A autora atribui uma lógica bem particular à circulação de crianças:

Não é porque não são queridas que as crianças circulam – é justamente porque são muito queridas e representam, corporificam, a idéia de família como um valor. (2006, p. 7).

Ou seja, essa circulação envolve um sistema de valores, onde a relação mães-filhos é um elemento importante, mas não o único. Observa-se a ajuda mútua, pois a circulação tende a amenizar os custos financeiros de uma criança como também consolida os laços de consanguinidade, e de afinidade. Assim, a condição econômica é um fator que influencia na tomada de decisão da mãe mas, como afirma C. Fonseca (2004), não pode ser utilizada como elemento exclusivo para justificar ou explicar o “abandono”. É importante considerar outros elementos presentes e que representam, igualmente, uma ruptura importante na decisão materna como, por exemplo, o recasamento e nesse caso específico, o aprisionamento. Cabe lembrar que, com a privação da liberdade, a mulher não pode exercer o seu pátrio-poder; a mãe não perde o pátrio-poder, mas fica impedida de tomar as providências determinadas por lei: cuidar, educar e criar os filhos. Considerando que na nossa sociedade a mãe é a figura social que garante os cuidados com a criança¹³⁸.

Da mesma forma que Lúcia, do conjunto de mulheres entrevistadas, a maioria têm baixa escolaridade e possui em média três filhos menores que são criados por avós, irmãos e amigas. Há que assinalar que, de alguma forma, elas dividiam a responsabilidade financeira dos seus filhos com aqueles que cuidam deles. B. Soares (2004) retrata também esse perfil na população carcerária feminina no Rio de Janeiro (excluindo as alojadas nos hospitais e manicômios): antes da prisão, 59% eram remuneradas exercendo ocupações de baixa qualificação. Outro destaque: 71% delas têm entre 18 e 39 anos, 56,4% são predominantemente não-brancas, 69% possuem baixa escolaridade, 72% estão imersas em histórias de

¹³⁸ Ver ARAUJO, Clara; SCALON, Celi. Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. *RBCS*, São Paulo, v. 21, n. 62, 2006.

violência e 56% condenadas por uso e tráfico de drogas. Esses dados são reveladores, tendo em vista as características históricas de disciplina e poder na prisão que atuam como mecanismo reprodutor de desigualdades e de gênero, o que é o caso das unidades prisionais femininas.

Dessa forma, tudo indica que muitas internas foram criadas por parentes e sem a presença de um dos seus genitores, e elas foram descritas pelos funcionários do “sistema” – num condicionamento estigmatizante - como pertencentes a um ciclo de abandono: “elas já nasceram abandonadas, abandonam os filhos e abandonarão quantos vierem”. Todavia, de acordo com a autora, “a dispersão de filhos entre diferentes mães de criação não leva necessariamente ao enfraquecimento de laços afetivos entre mães e filhos” (idem, p.69).

Lúcia raramente vê seus filhos. Ela explica que, por questões financeiras, as visitas são poucas:

Fica muito caro vir de Vassouras até aqui [...] estou aqui já um ano e um mês e eles já vieram apenas uma vez e com a minha cunhada (que ficará com a guarda do bebê) porque ela veio nas entrevistas aí deixaram eles também.

Pergunto se antes da prisão ela mantinha contatos com os filhos. Ela diz que não, mas sente que o aprisionamento intensificou o seu sentimento de mãe: “parece que aqui a gente fica com mais saudades. Penso muito nos meus filhos. Ainda mais agora com esse meu filho”. Procuro saber como é o seu dia-a-dia na Unidade Materno-infantil e se existe alguma diferença em estar ali. Lúcia afirma que sim, olhando para o funcionário que nos acompanha:

Aqui é muito bom! Assim é ruim porque estou presa, mas por outro lado é bom porque aqui eles não tratam a gente como presa. Tratam como gente. Porque tem lugares que tratam a gente como bicho. Mas aqui tem as crianças também que faz passar o tempo. aí não falta muito.

Aqui é bom! Eu não me sinto presa porque a gente acorda, dá o banhinho nele, toma café, vai lá pra fora. Porque aqui a gente pode ir lá pra fora com ele no ar-livre. Como a gente fica presa lá no cadeião. Aqui é um convívio. É como se fosse uma casa. Melhor seria a minha casa.

O depoimento de Lúcia chamou atenção pelo momento de liberdade e convívio que ela e o filho experimentam: “a gente pode ir lá pra fora com ele no ar-livre. Como a

gente fica presa lá no cadeião. Aqui é um convívio”. Vale ressaltar que a realidade infantil merece um “olhar mais atento”. Lúcia vive na UMI há quatro meses com seu bebê e “mora” com mais “12 ou 13 mães no meu quarto. Dá pra sentir, né? Quando um começa a chorar o outro vai também. O negócio é entender que não dá pra reclamar”. Uma de suas companheiras de quarto é **Sandra**, que não soube informar ao certo a sua idade – “não guardo. Tem que ver lá na certidão”.

Ela foi detida com oito meses de gestação, mas ainda não foi sentenciada. E não entende porque está ali já que não é usuária de drogas. Foi presa por tráfico juntamente com o seu marido, que está preso na Polinter. Segundo Sandra, ela estava somente “segurando o pacote quando tudo aconteceu”. Como Lúcia, ela possui seis filhos e “todos do mesmo pai”. São três meninos e com a filha “interna”, três meninas, e todos vivem na “minha casa com a minha mãe”. C. Peixoto afirma que “cuidar ou criar é uma tarefa das avós. (...) e «criar» possibilita a construção de uma relação permanente, pois trata-se de manter e educar os netos, em suma de substituir um dos pais ou os dois se as circunstâncias o obrigam e durante o tempo que for necessário” (2000, p. 101).

Início a entrevista pedindo que Sandra relate como foi a hora do parto:

Estava no Nelson Hungria (presídio) e com duas semanas vim ganhar minha filha lá no Hospital Alexander Fleming (Marechal Hermes). Foi parto normal. Quando a bolsa estourou foi às 6h da manhã, mas “a SOE” (o Serviço de Operações Especiais) só chegou às 8h horas, porque a SOE é um matadouro de presos, né? Todo mundo reclama da SOE, tanto que passei as duas semanas só pensando nela e como seria a minha hora, mas Deus é tão bom que eu peguei uma SOE boa. A SOE foi tranquila comigo. Só fui ganhar minha filha às 23hs32min. Fiquei esse tempo todo esperando. Sofri muito, né? [...] Pensei também que eu ficaria algemada. Tinha só uma lá, mas eles ficam tomando conta. Eu também não tinha porquê ficar algemada. Lá a gente fica num quarto separado [...]

Aí, como ela não tinha roupinha nem enxoval, não tinha nada, ganhei doação de roupinhas das mães que estavam lá, do hospital, das enfermeiras [...] visitas. Só das meninas que estavam presas mesmo e da minha mãe com a minha filha pequena de oito anos. Ela foi lá. Os outros estudam. Minha mãe deixou um dinheiro pra mim e eu pedi a polícia que estava lá para comprar coisinhas pra ela (bebê) lá na farmácia. Comprar xampu e sabonete, essas coisas de bebê porque quando a gente sai do presídio não pode levar nada. Por exemplo, não pode usar brinco, relógio, nada. Não leva nada! Só o corpo e a roupa. Depois de uns três dias já estava aqui com ela.

Como Sandra, uma outra entrevistada diz:

Fiquei envergonhada e arrependida de ter meu filho na cadeia. Só quando senti as dores, e lá no hospital algemada, sem nada e ninguém é que entendi tudinho.

O depoimento de Sandra e de outras recém-mães reafirma a tensão com a “hora do parto” por conta do tratamento que lhes é oferecido pela instituição. Nesses casos, algumas expressões como rebaixamento, mortificação do eu, humilhações e desculturamento utilizadas por E. Goffman (2001), ao se referir às instituições totais, são internalizadas, pois corroboram a relação perversa entre a punição e os aspectos constituintes da humanidade. Outro aspecto chama atenção no depoimento de Sandra sobre sua rotina na UMI:

Aqui é melhor do que lá (Nelson Hungria). É tudo mais calmo. Lá tem as gritarias e os funcionários. Aqui uma ajuda a outra. As colegas ficam cada uma com o seu filho, mas quando a gente precisa, ela olha o seu. Tem também o banho de sol depois do ‘confere das crianças’ e a gente fica mais ‘livre’ aqui do que lá [...] o único problema que tenho aqui é com a fralda. Ela tem alergia a fralda da creche, aí fica irritada e não dá pra ter outra marca. Outra coisa que não é legal é o fechamento das portas às cinco (da tarde) porque as crianças ficam irritadas [...].

Dentro de uma instituição penitenciária há aspectos singulares que se tornam totalmente revestidos de controles disciplinares, por conta do rígido esquema da segurança.

...

Retomando Sylvia Caiuby, “se imagens produzidas são eloqüentes, podem ser igualmente eloqüentes os silêncios e as ausências de determinadas imagens” (1998, p.117). Ao final das entrevistas, fiz a única fotografia permitida:



55. Enquadramento permitido na creche: de costas e com a camisa do SEAP – Secretaria de Administração Penitenciária/RJ.

- Fotografou? Posso ver? – pergunta o funcionário que durante as últimas entrevistas ficou sentado ao nosso lado.

- Eu tenho que mostrar todas as fotos mesmo?
- Tem!
- Por quê?
- Rotina de cadeia.